HISTÓRIA E CULTURAS INDÍGENAS NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Silmara de Fatima CARDOSO

Doutora em Educação – USP/FEUSP

Professora da Rede Municipal de Educação de São Paulo

E-mail: sfcardoso2011@hotmail.com

Resumo: O objetivo desse texto é contribuir com a discussão do ensino da história e das culturas indígenas na escola, como preconiza a Lei 11.645/08 e mais especificamente analisar e refletir sobre os desafios e possibilidades de práticas pedagógicas seja no espaço escolar ou fora dele na abordagem da história e culturas indígenas. Para tratar das práticas pedagógicas na abordagem da história e culturas indígenas, algumas questões ficam para a nossa reflexão: como apresentar a realidade dos povos indígenas sem correr o risco de cometer equívocos, preconceitos ou folclorização? Como realizar um trabalho que traga os povos indígenas para nossa contemporaneidade desconstruindo estereótipos e imagens congeladas? Como realmente valorizar e dar visibilidade a toda história de luta e resistência desses povos?

Palavras-Chave: Práticas Pedagógicas; Culturas Indígenas; Aprendizagens.

Abstract: The objective of this text is to contribute to the discussion of the teaching of indigenous history and cultures in school, as recommended by Law 11.645/08 and, more specifically, to analyze and reflect on the challenges and possibilities of pedagogical practices, whether in the schools pace or outside it, in the approach to indigenous history and cultures. To deal with pedagogical practices in the approach to indigenous history and cultures, some questions remain for our reflection: how to present the reality of indigenous peoples without running the risk of making mistakes, prejudices or folklorization? How to carry out a work that brings indigenous peoples to our contemporaneity by deconstructing stereotypes and frozen images? How can we really value and give visibility to the entire history of struggle and resistance of these peoples?

Keywords: Pedagogical Practices; Indigenous Cultures; Learning.

Para início de conversa...

Durante esses 15 anos de docência e experiências no ensino público, em primeiro lugar na rede estadual de São Paulo quando fui orientadora educacional em uma ETEC em Iguape, depois na rede municipal de educação de Atibaia e atualmente na rede municipal de educação de São Paulo percebo o quanto ainda é preciso discutir, refletir e compreender as possibilidades e desafios de combate ao preconceito e ao racismo, questões e demandas que são urgentes e necessárias. É preciso viabilizar e visibilizar práticas pedagógicas que abordem o respeito e valorização de povos e tradições culturais. Esse é um dos caminhos para uma educação transformadora e antirracista.

Não é fácil a prática de uma educação baseada nas relações étnico-raciais. Há,

então, a necessidade de prezar por um ensino e um currículo que propiciem a desconstrução de estereótipos e preconceitos construídos e perpetuados no imaginário social em relação aos povos e culturas considerados minoritários, no caso do Brasil, a população indígena, afro e determinados povos migrantes.

Desde o momento que me tornei professora, procuro em minha prática pedagógica abordar as questões indígenas. E ainda, enquanto mulher indígena, educadora e militante busco refletir sobre o preconceito, a discriminação e a invisibilidade a qual foram postos os povos indígenas e os mecanismos e dispositivos para combatê-los.

Sendo assim, o objetivo geral desse texto é contribuir com a discussão do ensino da história e das culturas indígenas na escola, como preconiza a Lei 11.645/08 e mais especificamente analisar e refletir sobre os desafios e possibilidades de práticas pedagógicas, seja no espaço escolar ou fora dele, na abordagem da história e culturas indígenas.

A lei 11.645/08 pode ser interpretada como uma medida de ação afirmativa, uma vez que tem a pretensão de afirmar o direito à diversidade étnico-racial na educação escolar, romper com o silenciamento sobre a realidade dos povos indígenas nos currículos e práticas pedagógicas e afirmar a história, a memória e a identidade desses povos (Russo e Paladino, 2014).

Se por um lado, essa lei representa uma conquista e um marco na mudança da maneira de abordar as questões indígenas no currículo escolar, por outro, implica uma série de obstáculos e desafios para a sua efetivação. O problema que se apresenta ainda hoje é a observação, no ambiente escolar, da não implementação dessa lei, seja devido à ausência desses conteúdos propostos na mesma durante a formação inicial, seja pela insuficiente oferta de formações continuadas dirigidas ao tema para aqueles/as que atuam na educação, entre outros motivos.

Há, então, a necessidade de (re) orientar as práticas pedagógicas, não só no tocante ao atendimento à legislação educacional em vigor, mas em engendrar um ensino que propicie a desconstrução de estereótipos e preconceitos construídos e perpetuados no imaginário social em relação aos povos indígenas (Rabeco, 2013).

Repensando as práticas pedagógicas referentes às questões indígenas

Para tratar das práticas pedagógicas na abordagem da história e culturas indígenas, algumas questões ficam para a nossa reflexão inicial: como apresentar a realidade dos povos indígenas sem correr o risco de cometer equívocos, preconceitos ou folclorização? Como realizar um trabalho que traga os povos indígenas para nossa contemporaneidade desconstruindo estereótipos e imagens congeladas? Como realmente valorizar e dar visibilidade a toda história de luta e resistência desses povos?

Podemos começar por desconstruir termos errôneos que muitas vezes adotamos em nossas práticas. Um exemplo é a diferença entre índio e indígena. De acordo com os autores Daniel Munduruku e Cristino Wapichana (2019), o uso indevido da palavra “índio” acabou desqualificando culturas inteiras desde o século XVI, motivado pela sede de

riquezas da coroa portuguesa, que permitia a escravização de indígenas para o sucesso da empreitada colonialista:

(...) “índios” foram, na verdade, uma invenção do colonizador para reduzi-los e escravizá-los. Nessa palavra colocaram aproximados mil povos com culturas bastante diferentes entre si; encobriram mil e cem línguas distintas e nelas visões de mundo que formavam um mosaico internacional interessante e único. Ao reduzi-los, dominaram; ao dominá-los, enfraqueceram valentes civilizações. Isso tudo contido em uma única palavra: índio. (Munduruku e Wapichana, 2019, p. 15)

Portanto, a palavra “índio” não traduz e não abrange toda a diversidade dos povos indígenas, pois, cada nação possui seus próprios costumes e crenças, e habita diferentes lugares do extenso território brasileiro.

Outro termo errôneo utilizado para se referir aos povos indígenas é “tribo”. Como observa Daniel Munduruku (2014), este termo traduz a antiga ideia de que os povos originários são dependentes de um povo maior. A palavra “tribo” está inserida na compreensão de que pequenos grupos são incapazes de viver sem a intervenção do Estado. Ser “tribo” é estar sob o domínio de um senhor ao qual se deve reverenciar. Essa é a lógica colonial, a lógica do poder, a lógica da dominação. É, portanto, um tratamento indevido referido a povos que deveriam ser tratados como nações uma vez que têm autonomia suficiente para viver de forma independente do Estado brasileiro:

Quando falamos em povo, a coisa muda de figura. Um povo, além de todas as características próprias, traz consigo o fato de ser autônomo. Ou seja, não depende da cultura que o hospeda. Desse modo podemos dizer algo sobre o povo Munduruku, Xavante, Kayapó, Guarani, Wapichana, etc. Cada um deles traz consigo uma marca que os localiza no tempo e no espaço e lhes oferece a capacidade de andarem autonomamente por este mundo, como tem sido desde o princípio. Neste sentido, todos eles são povos autônomos, independentes. Brasileiros sim, mas brasileiros diferenciados por terem um caminho pautado na tradição, que vai muito além do nome Brasil (Munduruku e Wapichana, 2019, p. 18).

Tribo em geral, descreve povos que, sob o olhar contemporâneo e ocidental, ficaram no passado. Não se deve perder de vista que os povos indígenas são nações, no sentido de que possuem autonomia sobre os seus costumes, práticas e funcionamentos — ou ao menos deveria ser assim, como é garantido por lei e pela constituição brasileira. Portanto, o ideal é sempre se referir aos/as indígenas pelo nome de seu povo.

É necessário compreender a sociodiversidade indígena. Esses povos estão presentes nesse vasto território há aproximadamente 12 mil anos. Aqui chegaram atravessando agruras geográficas, climáticas e culturais. Muitos dos grupos que enfrentaram o desafio de ter melhores condições de vida foram se estabelecendo em determinadas regiões, criando o próprio estilo de vida, que chamamos de cultura (Munduruku e Wapichana, 2019).

É preciso também compreender os povos indígenas na atualidade. Toda cultura é

dinâmica e está em constante transformação. Nesse contexto pluriétnico, qual a imagem de indígena que a sociedade deseja encontrar? Continua-se a desejar que os povos indígenas sejam o que não são. Os seus direitos a uma identidade étnica são entendidos como um congelamento cultural no tempo. As modificações comuns em todas as culturas são vistas, para os povos indígenas, como descaracterização, como perda da identidade.

No imaginário social, os/as indígenas são povos do passado, e é impossível fazer parte do presente ou do futuro. Os livros didáticos mais antigos apresentavam de maneira bem genérica esses povos: “o índio nadava”, “o índio dançava”, “o índio pintava”, “o índio cantava”, “o índio brincava”, sempre os/as tratando no passado. É preciso desconstruir essa visão e apresentar tais povos na contemporaneidade, em diferentes lugares e espaços – nas comunidades tradicionais, em contextos isolados, em contextos urbanos e em outros espaços considerados pela sociedade para não estarem. Esses indígenas saem de suas aldeias e continuam mantendo suas tradições, seus ritos, mitos e línguas. Casam com outras etnias que não a sua, casam com não indígenas e continuam sendo indígenas.

Se as culturas e línguas negras, asiáticas, europeias se modificam, porque seria diferente com as indígenas? Essa é uma questão para refletirmos e discutirmos em nossas práticas pedagógicas.

Se quisermos respeitar e colocar um importante lugar para os povos indígenas na história, faz-se então necessário dar visibilidade às suas lutas e resistências frente ao colonialismo e domínio português. É urgente desconstruir uma história contada a partir da ótica do colonizador. Será muito justo aprendermos e apreendermos outras versões da história, narradas por aqueles/as que ficaram à margem por muito tempo.

A história contada pelos vencedores quase nunca menciona a manipulação que foi engendrada contra os povos indígenas. Não conta que usaram as diferenças culturais para destruir a alma desses povos; não conta a estratégia utilizada para silenciar grupos inteiros que eram vitimados por doenças contraídas pelo uso de roupas contaminadas; nada diz sobre alimentos contaminados ou rios envenenados. Nos raros livros em que isso aparece, conta-se como superioridade, como esperteza dos colonizadores (Munduruku, 2014).

A história contada há algum tempo nos livros retratava os povos indígenas como passivos e amigáveis ao evento da colonização e sempre apresentando o português como o protagonista e conquistador. É uma história contada a partir de uma historiografia europeia, que oculta a voz dos/as indígenas e sempre representando como aqueles/as que foram “vencidos/as” na história do Brasil e das Américas.

Uma história de luta e resistência indígena foi a Confederação dos Tamoios. De acordo com Munduruku e Wapichana (2019) a historiografia oficial sempre tratou essa resistência como uma revolta orquestrada contra o sistema político. Na verdade, foi uma resistência à violência institucional, que já se mostrava hostil, cometida contra as populações indígenas locais:

A Confederação dos Tamoios foi uma luta pela liberdade e durou

longos 12 anos (1554/55-1567). Reuniu diferentes grupos indígenas e uniu importantes chefes que marcaram a história do nascente Brasil. Seus feitos são pouco conhecidos – e reconhecidos –, mas foram eles que dignificaram aqueles primeiros anos de contato. Conforme lembrou Aylton Quintiliano em *A Guerra dos Tamoios* (Relume Dumará, 2003, p.19): Foram os Aimberê, Cunhambebe, Jagoanharo, Parabuçu, Raráí, Coaquira e tantos outros guerreiros, autênticos percussores das grandes jornadas cívicas onde o sangue nativo foi derramado em defesa da terra e dos direitos do homem (Munduruku e Wapichana, 2019, p. 59-60).

Durante séculos os povos indígenas sofreram e resistiram a toda sorte de violência imposta pelo colonizador. Desde a chegada dos invasores, em diferentes lugares e momentos da história, lutam por seus direitos. Sobre essa questão as autoras Mariano e Gomes (2014, p. 37-38) observam o seguinte:

(...) Nesse percurso, os anos 70 representam o começo de uma nova marcha na construção do imaginário indígena. Os indígenas começam a ser vistos por outro olhar, discutindo e reivindicando seus direitos diretamente com as autoridades competentes. Passam a mostrar ao mundo o que pensam e o que exigem como sendo seus direitos, construindo uma nova imagem de si, participando de foros internacionais, movimentos indígenas, fazendo e publicando os próprios vídeos numa reconversão e ressignificação de práticas alheias, interferindo diretamente na maneira como querem ser reconhecidos.

Atualmente os povos indígenas estão encontrando novos espaços de interação e canais de comunicação para tratar de suas cosmovisões, de suas lutas, resistências, da opressão, invasões de suas terras, descasos e faltas de políticas públicas, sobretudo, na saúde e educação para seus povos. Para isso, utilizam as redes sociais, a música, a literatura, realizam viagens internacionais para denunciar nos órgãos competentes os ataques que vêm sofrendo. Têm ocupado espaços em instâncias universitárias, políticas, sociais, educativas, artísticas, literárias etc. para fazer valer suas lutas, seus conhecimentos e tradições culturais.

Dessa maneira, é preciso lembrar em nossas reflexões das pautas da luta indígena no Brasil. A luta pela garantia de seus direitos, a luta histórica pelo direito de existir, a luta por uma identidade e ancestralidade, a luta pela demarcação de suas terras, os conflitos históricos muitas vezes violentos. Enfim, é necessário olhar para os povos indígenas no mundo atual, compreender a situação socioambiental em que vivem, investigar a sua visão de mundo, estudar outras versões da história, compreender as versões apresentadas pelas nações indígenas.

A recuperação populacional dos povos indígenas, assim como os seus protagonismos e compreensão como sujeitos históricos, povos de lutas e resistências obrigou a sociedade e o Estado a rever sua relação com eles. E no que cabe aqui refletir, a escola também precisa rever, reinventar sua própria tradição, que é pautada ainda em um discurso que pouco trata desses povos em contexto contemporâneo, que reproduz a velha

fórmula de livros didáticos desatualizados se não oferece elementos para que os/as estudantes compreendam a situação dessas sociedades indígenas na atualidade, sua sociodiversidade, os conflitos fundiários, o serviço ambiental oferecido por terras indígenas, enfim a complexidade da questão em nosso país, que possui uma multiplicidade étnica, através da qual circulam saberes e outras visões de mundo (menezes, 2014).

História e culturas indígenas: Compartilhando experiências e práticas

Foi pensando a escola como local propagador de cultura, identidade social, étnica e de convivência integrada entre diferentes formas de pensamento, costumes, tradições, e ainda, levando em consideração a lei 11645/2008 que busquei viabilizar, visibilizar e fortalecer práticas pedagógicas referentes à história e culturas dos povos indígenas, em diferentes tempos e espaços, envolvendo diferentes sujeitos: comunidade escolar, comunidade local, familiares, nações indígenas, dentre outros.

Um trabalho importante que venho realizando desde o ano de 2015 é a oficina “Povos indígenas e seus artefatos culturais: tradição e resistência” ou “Povos indígenas e seus artefatos culturais, brinquedos e brincadeiras” em escolas públicas (estaduais e municipais) com todos os seguimentos de ensino, também em instituições, organizações governamentais e não governamentais.

Essa atividade pretende oferecer oportunidade de conhecer e compreender o que são artefatos culturais, como a sua simbologia, representações e usos na cultura de muitos povos indígenas. Compreendendo que os artefatos culturais desses povos contribuem para a preservação de suas culturas. E, por fim, compreender que muitos brinquedos e brincadeiras de herança cultural indígena foram apropriados/incorporados na tradição cultural brasileira.

Brinquedos e brincadeiras de herança cultural indígena

Esse projeto foi realizado no ano de 2017, teve por objetivos conhecer algumas brincadeiras que herdamos da cultura indígena e proporcionou às crianças (turmas: 1º A, 1º B, 1º C - integral) da EMEF CEU Butantã vivenciá-las de diferentes maneiras nos espaços da unidade educacional de forma lúdica e prazerosa.

Dentre as atividades realizadas estiveram: conhecimentos prévios de brinquedos e brincadeiras vivenciados pelos responsáveis das crianças da unidade educacional nas suas infâncias e que tipos de brincadeiras eram vivenciadas pelas crianças em suas comunidades. Para isso foi produzido um questionário a esse respeito e aplicado junto aos responsáveis. Depois realizei a leitura dos questionários para as crianças. Expliquei que as nossas brincadeiras fazem parte de uma herança cultural; exemplificando e apresentando as brincadeiras de herança cultural indígena, logo então assistimos vários vídeos sobre brincadeiras de herança cultural indígena.

Realizamos produção/reprodução de grafismos indígenas, conversamos sobre o significado da pintura na cultura indígena, sobre o uso cultural do maracá(chocalho) e do pau de chuva na cultura indígena e em outras culturas. Produzimos maracás, pau de chuva e brinquedos de herança cultural indígena com elementos naturais: peteca, bola

de gude de barro, coquita, zarabatana, dentre outros brinquedos.

Realizamos brincadeiras de alguns povos indígenas do Brasil: corrida do saci (HEINÉ KUPUTISÜ), queimada (DETOBDAÉS), arranca mandioca, peteca, figuras de barbante, boliche (TIDYMURE), dado (Rifa), bola de gude, bilboquê (Coquita), gavião e galinha (O'TA I INYU), melancia (WORATCHIA), curupira, taco, corrida do saco, cabo de guerra, pular corda, bolinha de gude, corrida, zarabatana, desenhar na terra.

Realizei contação de histórias: narrativas de alguns povos indígenas do Brasil. Ouvimos músicas indígenas de várias etnias. No "Agosto Indígena", Wagner Tserenho'o, da etnia xavante que reside na cidade de São Paulo, promoveu uma vivência com as crianças e funcionários da unidade educacional. E por final, realizamos uma atividade de pintura/grafismo indígena e o toré para finalizar as atividades do projeto.

Grafismo e culturas indígenas: arte, manifestação cultural e tradição

Esse projeto foi desenvolvido no ano de 2018 com as turmas dos 5º anos (A, B e C) da EMEF CEU Butantã e teve por objetivos levar os/as estudantes, bem como outras/as participantes a refletirem e compreenderem o que são os grafismos/pinturas nas culturas indígenas, como também os seus usos, representações e simbologias. Esse projeto foi premiado pelo Instituto Tomie Ohtake no 3º Prêmio Territórios e pelo Instituto Paulo Freire no ano de 2019.

O projeto relacionou-se com a cultura, e de modo específico com a cultura indígena, na medida em que trata dos grafismos/pintura na tradição cultural dos povos originários. O grafismo, além de uma manifestação artística, é também um registro etnocultural, a identidade de um povo. Foram realizadas várias atividades, que serão apresentadas abaixo.

Conversa sobre o projeto e seu desenvolvimento com a comunidade escolar; rodas de conversas e pesquisas sobre o grafismo/pintura corporal indígena; produção de tinta para atividade com grafismo utilizando elementos naturais (urucum, jenipapo, buriti, verduras e legumes); apresentação, história e produção de artefatos culturais indígenas; produção de grafismo nas cabaças, nos paus de chuva, na cestaria; montagem de painéis com as produções de grafismos em papel craft.

No "Agosto indígena" montamos e organizamos a exposição "Povos indígenas e seus artefatos culturais: tradição e resistência" no foyer do teatro do CEU Butantã com as produções do projeto e os artefatos culturais indígenas; oficina para toda a comunidade escolar da EMEF CEU BUTANTÃ: roda de conversa com os discentes dos 5º anos sobre o projeto relatando todo o seu desenvolvimento e aprendizagens.

Também teve apresentação de vídeos com a temática indígena; apresentação cultural do povo xavante; grafismo/pintura corporal com os povos xavante, fulni-ô, wapichana, guajajara finalizando com cantos indígenas e o Toré. Essas atividades tiveram a participação das unidades educacionais EMEF, EMEI e CEI do CEU BUTANTÃ e a escola Brasil-Japão.

Por fim, realizamos uma visita pedagógico-cultural à terra indígena do povo Guarani M'bya no Jaraguá, aldeia Tekoá Itakupe. Na aldeia realizamos atividades de cantos,

história do povo guarani na casa de reza, o grafismo utilizado pelo povo Guarani M'bya, visitamos a escola, a cozinha comunitária, realizamos uma caminhada por todo o território em que está localizado a aldeia Tekoá Itakupe onde aconteceu a visita. Assim, foi possível aos/as participantes do projeto conhecer um povo indígena próximo do contexto urbano e que mantém suas tradições culturais.

Povos originários e suas dietas: culinária indígena da Amazônia (Wapichana)

Essa oficina foi realizada no ano de 2018 e 2019 em parceria com a indígena Rica Wapichana envolvendo uma parte teórica e prática. Participaram a comunidade escolar, familiares e outros/as integrantes da EMEF CEU Butantã. Teve por objetivos levar os/as participantes a compreenderem que a alimentação indígena é milenar, é passada de geração a geração, cada povo tem suas características especiais, o alimento estabelece uma identidade social, cada etnia tem a sua preferência e o seu paladar, os principais alimentos consumidos pelos povos da Amazônia, as tradições culturais, festas e rituais que envolvem a alimentação.

Como atividades da oficina conhecemos alguns alimentos, frutas, leguminosas, pratos típicos dos povos indígenas da Amazônia, ritos, tradição da preparação desses alimentos, utensílios e objetos utilizados, e por fim, a degustação. Preparamos, juntamente com a Rica Wapichana, o beiju, o açaí, o tucupi. Houve atividades com a participação de toda a comunidade escolar juntamente com as famílias e houve atividades somente com as crianças dos 1º e 2º anos por se tratar de turmas que estavam dentro do projeto integral, que envolve atividades diferenciadas.

Territórios e culturas indígenas: aprendizagens para além da sala de aula

Esse projeto foi realizado no período de agosto a dezembro de 2019 com a turma 5º ano B, porém, algumas atividades foram realizadas em parceria com professoras/es especialistas e de outras turmas (5º ano C e 2º anos) e teve por objetivos levar os/as estudantes, como outros/as integrantes da comunidade escolar da EMEF Theodomiro Dias a refletir sobre o desconhecimento da realidade atual dos povos indígenas no Brasil, suas lutas e resistências, assim como de sua diversidade cultural e linguística; conhecer a população indígena que habita na cidade de São Paulo; compreender a influência e a participação dessa população na história, na cultura, nos costumes, na língua e na formação da sociedade brasileira.

As atividades aconteceram em diferentes territórios (espaços da escola, praças, ruas, entorno da escola, espaço cultural e território indígena Guarani M'bya no Jaraguá) procurando buscar nos mesmos suas possibilidades educativas, trazendo a cultura, as relações sociais, a história e outros elementos que neles existem.

Atividades no Espaço Cultural Monte Kemel: Esse espaço foi escolhido por algumas razões: por ficar próximo da EMEF Desembargador Theodomiro Dias, aproximadamente 10 minutos a pé; para os/as estudantes conhecerem um espaço cultural que oferece diversas atividades gratuitas e interessantes e por compreendermos os territórios como possibilidades de aprendizagens que ultrapassam muros da escola. Participaram dessas

atividades os 5º anos B e C, suas professoras e os professores de Artes e Geografia. Nesse espaço, a indígena Rica Wapichana e a professora Silmara realizaram a oficina “Povos indígenas e seus artefatos culturais: saberes e resistências”.

Ao voltarmos do Espaço Cultural Monte Kemel para a escola, houve uma roda de conversa, toré, cânticos e dança com o indígena Waradzu do povo Kariri-Xocó na quadra da EMEF Theodomiro Dias. Objetivos da atividade: conhecer o povo Kariri-Xocó, suas tradições, seus cantos e danças. Participaram dessas atividades os 5º anos B e C.

Contaçõ de história na praça – “A narrativa do sol” (Povo Tikuna). Objetivos: compreender o que são narrativas indígenas e o uso e a simbologia das pinturas e grafismos nas culturas indígenas.

Caminhada pelo entorno da escola para descobrirmos o que há de memórias indígenas (seja nas palavras, na natureza degradada pela ação do ser humano e do capitalismo desenfreado, nos costumes etc.). O que foi possível descobrirmos: ruas com nomes indígenas, por exemplo, a rua Tibiriçá; o estádio, o bairro e a estação que leva o nome Morumbi; o córrego na praça que fica em frente à escola que antes era um rio. Compreendemos que em um dado momento esse lugar já foi território indígena. Depois realizamos uma pesquisa e produção escrita dessas memórias indígenas. Pesquisamos e estudamos as palavras de origem indígena, sobretudo, do tronco tupi-guarani presentes na língua portuguesa e seus significados.

Exibição de vídeos e pesquisas sobre brinquedos e brincadeiras de herança cultural indígena; produção de texto e apresentação da pesquisa em grupo de cinco. Roda de conversa com Wagner Tserenhõ'õ do povo Xavante e produção de brinquedos de herança cultural indígena – a coquita, a peteca e a zarabatana. Utilização dos espaços da escola para realização das brincadeiras e brinquedos produzidos.

Visita cultural-pedagógica na terra indígena do povo Guarani M'bya localizada no Jaraguá – aldeia Yvy Porã. A visita fez parte das atividades dos projetos realizados na EMEF Theodomiro Dias nas turmas dos 2º anos com os professores/as Lara, Emir e Gabriel que desenvolvem o projeto sobre grafismos indígenas e na turma do 5º B com a professora Silmara. Na aldeia realizamos roda de cantos, história do povo Guarani na casa de reza, caminhada por todo o território, conhecemos os artefatos culturais e realizamos brincadeiras do povo Guarani M'bya. E por fim, teve contaçõ de história em volta da fogueira e comemos milho assado. Objetivos da atividade: Conhecer uma comunidade indígena em contexto urbano; conhecer o povo e a tradição Guarani M'bya; compreender que a existência de povos indígenas não é uma realidade distante de nós, que ficam nos confins da floresta amazônica. Antes da visita realizamos uma campanha de arrecadação de alimentos com toda a comunidade escolar e levamos para aldeia Yvy Porã.

No ano de 2020 tivemos uma maneira diferente de realizar as atividades relacionadas à história e culturas indígenas - de maneira *online*. Foi necessário reinventar as nossas práticas pedagógicas naquele cenário totalmente novo, naquele momento tão singular. Com essa compreensão realizei algumas oficinas *online* juntamente com outros/as profissionais da educação, outras pessoas que acreditavam na necessidade da flexibilidade e da paciência, que tinham vontade de aprender, que estavam abertas para o novo e se

mostraram resilientes para passar por aquele momento diferente para todos e todas.

Oficina “Povos indígenas e seus artefatos culturais, brinquedos e brincadeiras”

Como reconhecimento e valorização do Dia Internacional dos Povos Indígenas – 09 de agosto foi realizada a oficina “Povos Indígenas e seus artefatos culturais, brinquedos e brincadeiras” a convite da EMEF Tarsila do Amaral por intermédio da professora Neire Cristina de Paula no mês de agosto.

Participaram da oficina as turmas dos 5º anos A, B e C da EMEF CEU Butantã e as turmas dos 1º aos 5º anos da EMEF Tarsila do Amaral, entre outros/as convidados/as. Na oficina teve apresentação de artefatos culturais, brinquedos, brincadeiras, pinturas/grafismos, contação de história de vários povos indígenas. Também contamos com a participação especial do indígena Wagner Tserenhõ'õ que falou de seu povo Xavante e nos apresentou o dia a dia de sua aldeia/comunidade tradicional indígena no Mato Grosso/Barra do Garças.

Roda de saberes

Foi um encontro realizado no dia 02 de outubro de 2020 a convite da EMEF Amorim Lima por intermédio da professora Lia Aleixo. Nesse encontro conversamos sobre brinquedos e brincadeiras de herança cultural indígena e africana. O mestre de capoeira Alcides Lima também participou tratando dos brinquedos e artefatos culturais afro-brasileiros, cantou e tocou berimbau. O indígena Wagner Tserenhõ'õ tratou das brincadeiras e brinquedos do povo Xavante. As crianças apresentaram e trataram de seus brinquedos, e muitos deles eram de herança cultural indígena – peteca, pião, arco e flecha, coquita, bonecas de palha e outros.

Escola Ambiente e Territórios Educativos: ressignificando espaços, ressignificando aprendizagens

Esse projeto foi desenvolvido no ano de 2021 com a turma 1ª ano C da EMEF Desembargador Amorim Lima e teve como objetivos compreender os territórios e espaços como possibilidades de aprendizagens que ultrapassemos muros da escola; entender que todos os territórios e espaços são educativos; perceber a escola como ambiente orgânico; ressignificar ambientes e aprendizagens; valorizar e brincar com o espaço natural e conhecer culturas e povos que respeitam e têm uma relação harmoniosa com a natureza. Esse projeto ficou em 1º lugar, recebendo a salva de prata no Prêmio Paulo Freire de Qualidade no Ensino Municipal de São Paulo no ano de 2021.

A Escola e os Territórios Culturais e Sustentáveis: a integração entre cultura, diversidade e sustentabilidade – transformando e conectando ambientes e pessoas

Esse projeto foi desenvolvido no ano de 2022 com estudantes do 3º e 5º anos da EMEF Desembargador Amorim Lima. A nossa escola está inserida dentro de um território que conta com ambientes e pessoas que atuam com a cultura e a agroecologia. Nesse sentido, em diálogo com os/as estudantes surgiu a proposta de desenvolvermos um projeto

relacionado com essa questão. Os espaços culturais e sustentáveis têm a intencionalidade pedagógica de se constituir em referências concretas de valorização de diversas culturas e sustentabilidade socioambiental. Assim nasceu o projeto “A ESCOLA E OS TERRITÓRIOS CULTURAIS E SUSTENTÁVEIS: a integração entre cultura, diversidade e sustentabilidade – transformando e conectando ambientes e pessoas”.

Inicialmente, pesquisamos, estudamos e fizemos um mapeamento dos territórios próximos de nossa escola que atuam com a cultura e a agroecologia. Realizamos atividades na horta comunitária Caminhos do Iquiririm; no viveiro II da Vila Gomes; na horta do CEPEUSP do Projeto USP Sustentabilidade e o Sítio Sampa. Um território no bairro Jaguaré que era totalmente degradado e poluído e foi transformado em um lindo lugar de agroecologia. Visitamos também o Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã, o Instituto Baru e o Instituto Butantã.

Depois dessas visitas, estudamos a relação da cultura e da agroecologia e como essa relação é importante para o respeito e a valorização de povos, culturas e o próprio meio ambiente. Também estudamos sobre agricultura familiar e sua relação com as comunidades tradicionais, sobretudo, dos povos indígenas.

Brinquedos, Brincadeiras e Culturas do Mundo: possibilidades para uma educação intercultural

Esse projeto teve início em março de 2024 com estudantes do 3º e 4º anos e findou em dezembro do mesmo ano. A nossa escola EMEF Amorim Lima está inserida dentro de um território que conta com lugares e pessoas que atuam com a cultura popular, as tradições e valorização de diferentes povos e espaços brincantes. E ainda, o Projeto Político Pedagógico traz para o debate e coloca em pauta essa linha de pensamento na medida em que trata, valoriza e inclui no currículo escolar a cultura popular, as brincadeiras, o respeito aos povos, as suas histórias, tradições culturais e festejos.

Nesse sentido, em diálogo com os/as estudantes e em consonância com o Projeto Político Pedagógico (PPP) de nossa escola surgiu a ideia de desenvolvermos o projeto “Brinquedos, brincadeiras e culturas do mundo: possibilidades para uma educação intercultural”. Os espaços culturais e brincantes têm a intencionalidade pedagógica de se constituir em referências concretas de valorização de diversas culturas.

Assim, nos meses de março e abril realizamos brincadeiras e produção de brinquedos de herança cultural indígena e visitamos territórios que atuam com as culturas indígenas como também recebemos várias etnias indígenas em nossa escola para uma roda de conversa e atividades com os/as estudantes. Essas atividades foram disparadoras para a Festa dos Povos originários.

Festa dos Povos Originários

Desde o ano de 2022 coordeno a Festa dos Povos Originários na EMEF Desembargador Amorim Lima, escola que comecei a trabalhar no ano de 2021. A primeira edição da Festa dos Povos Originários aconteceu em abril de 2018. Ela foi pensada para dar visibilidade e celebrar a existência e as culturas dos povos que aqui habitavam antes de nos

tornarmos o país que somos. É uma festa de comunhão da comunidade com os povos originários.

Anterior à Festa realizamos uma série de atividades pedagógicas com estudantes, professores e comunidade escolar referentes às questões indígenas. A Festa é a síntese de todo o trabalho realizado sobre e com os Povos indígenas, suas tradições culturais, lutas e resistências. A Festa acontece uma vez por ano no mês de abril.

Sempre procuro discutir, refletir e escrever sobre os desafios e possibilidades das atividades pedagógicas com os povos e culturas indígenas seja no ambiente escolar ou fora dele, considerando também a Lei 11.645/08. É um trabalho desafiador, porém, gratificante.

Considerações finais

De um modo geral, a sociedade brasileira tem tratado com muito preconceito e discriminação as diferenças étnicas e culturais presentes em seu território e a escola tem assumido um papel de reprodutora dessa situação. No entanto, como lugar privilegiado do diálogo, da reflexão e da convivência entre diferentes, a escola pode ocupar um papel transformador e promover uma importante contribuição para compreensão e respeito à história e culturas de povos que foram marginalizados e invisibilizados.

No entanto, ainda existe um longo caminho a percorrer para que possamos mudar nossa prática pedagógica. Como educadores/as, temos a responsabilidade de refletir sobre o modo como a história e culturas indígenas vêm sendo tratadas nas escolas e precisamos ter coragem para arriscar novas formas de nos relacionar com essas questões.

É preciso possibilitar aos/as estudantes caminhos de confrontos e reflexões que os levem a compreender criticamente a respeito da diversidade cultural dos povos indígenas, das suas tradições e cosmovisões, das invasões de seus territórios, do genocídio e etnocídio durante a colonização, das agressões e violências contemporâneas aos recursos naturais das comunidades onde habitam, das ameaças ao seu sistema cultural, de suas lutas e resistências ao longo da história do Brasil (Menezes, 2014).

As autoras Mariano e Gomes (2014, p. 41) observam que a escola deve buscar práticas que reconheçam o papel das culturas indígenas na formação da identidade nacional brasileira, entender a imensidão de palavras de origem indígena que compõem a Língua Portuguesa, os hábitos alimentares, as práticas cotidianas etc. Reconhecendo a genética indígena que há em nós, as convergências e divergências culturais, “como também a singularidade dos povos e seus sistemas simbólicos, numa educação da alteridade onde o indivíduo se reconheça no outro, pois mais do que viver, é preciso conviver”.

A lei 11.645/08 que já completou 16 anos e tem por objetivo valorizar as diferenças culturais presentes no território brasileiro, especificamente a afro e a indígena, se torna uma orientação importante para o trabalho com as relações étnico raciais nas escolas, possibilitando ampliar a percepção da própria diversidade cultural e étnica dos povos.

Por muito tempo a história e as culturas indígenas ficaram de fora do currículo escolar e de nossas práticas pedagógicas, portanto, é um grande desafio construirmos um projeto de escola que estimule e valorize essas questões. E ainda, são imprescindíveis práticas

pedagógicas investigativas, problematizadoras, críticas e reflexivas. E como observam Santos, Rocha e Lopes (2015, p. 113):

As práticas pedagógicas não podem ficar restritas a celebração, mas desencadear momentos de produção/crítica/circulação de idéias, atitudes, posturas, valores e conhecimentos que ensejem mudanças nos projetos Políticos Pedagógicos: inserção da diversidade "racial" e cultural nos currículos.

Assim, em minhas atividades docentes sempre procuro associar a teoria com a prática. Os conhecimentos adquiridos nas disciplinas realizadas na graduação, pós-graduação e em outros espaços de formação, como também a experiência de minha militância na área educacional e no movimento indígena me deram base para realizar um trabalho pedagógico que considero potente e importante referente às questões relacionadas à história e culturas indígenas, levando em conta a construção de uma práxis educativa transformadora (Freire, 2002).

Referências

CARDOSO, Silmara de Fatima. O maracá na escola: pensamento mágico, instrumento percussivo e ritualístico. **Moitará**: Revista Eletrônica da Fundação Araporã de Araraquara/São Paulo, edição especial, v. 1, nº 1, nov-dez, 2014, pg. 44-49.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo:Paz e Terra, 2002.

LEI 11.645/2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm. Acesso em 25/02/2023.

MARIANO, Michele Carlesso e GOMES, Icléia Rodrigues de Lima e.A temática indígena na escola:por uma educação da alteridade. **Moitará**: Revista Eletrônica da Fundação Araporã de Araraquara/São Paulo. edição especial, v. 1, nº 1, nov-dez, 2014, pg.34 a 42.

MENEZES, Paula Mendonça de.Repensando a questão indígena na escola. **Moitará**: Revista Eletrônica da Fundação Araporã de Araraquara/São Paulo, edição especial, v. 1, nº 1, pg.24 a 33, nov-dez, 2014

MUNDURUKU, Daniel.Três reflexões sobre os povos indígenas e a lei 11.645/08. **Moitará**: Revista Eletrônica da Fundação Araporã de Araraquara/São Paulo, edição especial, v. 1, nº 1, nov-dez, 2014, pg. 19 a 23.

MUNDURUKU, Daniel e WAPICHANA, Cristino. Currículo da Cidade sobre os povos indígenas do Brasil. 2019. Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wpcontent/uploads/Portals/1/Files/53254.pdf>. Acesso em 30/03/2022.

RABESCO, Rafaela. Ensino de história e cultura indígena na escola: os desafios da formação e da prática educativa através da musicalização. **Moitará**: Revista Eletrônica da Fundação Araporã de Araraquara/São Paulo, edição especial, v. 1, nº 1, nov-dez,

2014, pg. 46 a 55.

RUSSO, Kelly e PALADINO, Mariana. Reflexões sobre a lei 11.645/2008 e a inclusão da temática indígena na escola. Itabaiana: **GEPIADDE**, ano 08, volume 16, jul./dez. de 2014, pg. 32-60.

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo; ROCHA, Aristeu Castilhos da; LOPES, Michele Moraes. Ensinar e aprender histórias e culturas indígenas: repensando as práticas pedagógicas. Catalão: **OP SIS**, n. 1, v.15, 2015. pg. 101-116.